

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
CAMPUS PAULO FREIRE

“Reflexões sobre violência de gênero contra as mulheres: um ensaio teórico-crítico”.

Núbia Silva Mota

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
do Sul da Bahia, como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Psicologia.

Teixeira de Freitas - BA

2025

Núbia Silva Mota

Reflexões sobre violência de gênero
contra as mulheres: um ensaio
teórico - crítico

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul da
Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA
Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA SCARAMUSSA DA SILVA**
Data: 09/03/2026 15:59:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Roberta Scaramussa da Silva (UFSB)

Documento assinado digitalmente
 **CELIA NONATA DA SILVA**
Data: 16/12/2025 10:58:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Célia Nonata da Silva (UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **GIVANILDO DA SILVA NERY**
Data: 09/03/2026 16:20:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Givanildo da Silva Nery (UFSB)

Teixeira de Freitas (BA)

2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 JUSTIFICATIVA.....	3
3 OBJETIVOS.....	4
3.1 OBJETIVO GERAL.....	4
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	5
5 ANÁLISES E DISCUSSÕES	6
5.1 Gênero, poder e desigualdades estruturais: o caso Mariquinhas, entre silenciamentos, violências e omissões institucionais	8
5.2 A Psicologia de Gênero e a Violência Sistêmica: Narrativas .. e Subjetividades.....	11
5.3. Abordagem Interseccional	14
5.4 As Especificidades da Violência de Gênero em Mulheres Negras e Indígenas	16
5.5 Posicionamento Crítico e Epistemológico.....	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7. REFERÊNCIAS.....	24

RESUMO

A violência de gênero contra as mulheres, um problema social complexo, tem ganhado destaque nos debates públicos contemporâneos, impulsionada pela crescente disponibilidade de dados e o engajamento de grupos sociais e acadêmicos. Essa forma de violência, alarmante por suas proporções, exige uma abordagem abrangente para sua compreensão e enfrentamento. Nesse contexto, esta monografia foi construída como um ensaio teórico-crítico com o propósito de compreender a complexidade da violência gênero contra as mulheres. Adotando uma perspectiva interseccional, analisou-se os fatores socioculturais e institucionais que a perpetuam. Do mesmo modo, a discussão buscou desvelar os processos subjacentes à sua reprodução, explorando suas dimensões mediante diferentes fontes, como artigos científicos, obras literárias, livros acadêmicos e *podcasts*. Diante disso, o estudo visou fomentar um diálogo plural e inclusivo, criando espaços de escrita que acolham diversas linhas de pensamentos. Almeja-se que as discussões aqui propostas possam fornecer informações capazes de lançarmos um olhar crítico-transformador para políticas públicas almejando torná-las mais eficazes e efetivas no apoio às vítimas de violência de gênero.

Palavras – Chave: violência de gênero, violência de honra, violência contra mulher, interseccionalidade, patriarcado

ABSTRACT

Gender-based violence against women, a complex social problem, has gained prominence in contemporary public debates, driven by the increasing availability of data and the engagement of social and academic groups. This form of violence, alarming in its proportions, demands a comprehensive approach for its understanding and confrontation. In this context, this monograph was constructed as a theoretical-critical essay with the purpose of understanding the complexity of gender-based violence against women. Adopting an intersectional perspective, it analyzed the sociocultural and institutional factors that perpetuate it. Similarly, the discussion sought to unveil the processes underlying its reproduction, exploring its dimensions through different sources, such as scientific articles, literary works, academic books, and podcasts. Therefore, the study aimed to foster a plural and inclusive dialogue, creating spaces for writing that welcome diverse lines of thought. It is hoped that the discussions proposed here can provide information capable of contributing to a critical-transformative look at public policies, aiming to make them more effective and efficient in supporting victims of gender-based violence.

Keywords: Gender-based Violence; Honor-related Violence; Violence Against Women; Intersectionality; Patriarchal

1 INTRODUÇÃO

As violências, ao longo da trajetória histórica da humanidade, configuram-se como fenômenos complexos, múltiplos e estruturalmente vinculados às dinâmicas de poder, dominação e controle social. Longe de se restringirem à dimensão física, expressam-se também em níveis simbólicos, psicológicos e institucionais. Nesse sentido, Bourdieu e Passeron (1975) elucidam, ao discutir o conceito de poder simbólico, que a violência se perpetua quando práticas de dominação são naturalizadas e internalizadas como legítimas. Essa naturalização decorre de um processo de inculcação de valores e normas que, ao se tornarem parte do *habitus* social, fazem com que a opressão seja percebida como ordem natural. Assim, compreender a violência como um fenômeno simbólico implica reconhecer que sua reprodução depende não apenas de atos diretos de coerção, mas também da interiorização de estruturas sociais que legitimam desigualdades e hierarquias de gênero.

Heleieth Saffioti (2004) e Valeska Zanello Tavares (2020) reforçam que a análise da violência demanda uma leitura que ultrapasse suas manifestações visíveis, incorporando as dimensões subjetivas e institucionais que a sustentam. Para Saffioti, a violência de gênero é uma expressão das relações patriarcais de poder que se inscrevem tanto no corpo quanto na subjetividade das mulheres. Já Zanello (2020) aponta que o sofrimento psíquico das mulheres em contextos de violência está intrinsecamente ligado às normatividades de gênero, que impõem modelos de feminilidade e padrões de comportamento. Dessa forma, ambas convergem na defesa de uma leitura ampliada do fenômeno, que articule o individual e o coletivo, o psicológico e o político, o subjetivo e o estrutural.

Repensar o conceito de violência, portanto, constitui uma necessidade analítica e política diante das transformações contemporâneas, nas quais emergem novas formas de opressão simbólicas, midiáticas, institucionais e discursivas, que escapam aos modelos tradicionais de interpretação. Nesse sentido, a perspectiva interseccional e interdisciplinar torna-se indispensável para compreender as múltiplas camadas que compõem o fenômeno. No contexto latino-americano, por exemplo, as violências de gênero assumem especificidades históricas e culturais que exigem abordagens localizadas. Estudos de Júlio César Bello-Urrego, Laura Cristina Mesa

Restrepo e Paula Andrea Castaño Mejía (2018) ressaltam que compreender a violência de gênero na América Latina requer considerar suas raízes coloniais, o legado de desigualdade estrutural e os sistemas políticos e religiosos que moldam as relações entre os sexos. Assim, a violência de gênero não se restringe a episódios isolados, mas constitui um padrão estrutural, sustentado por práticas sociais, valores culturais e instituições que perpetuam a subordinação feminina.

Célia Nonata da Silva et al. (2015) complementam essa discussão ao enfatizar que as manifestações de violência de gênero devem ser entendidas como parte de uma rede complexa de determinações sociais, inclusive no ambiente privado. Nesse sentido, um exemplo emblemático pode ser a cultura de honra, que, conforme destacam Saffioti (2004) e Bandeira (2014), ilustra como valores tradicionalmente construídos podem legitimar a submissão feminina e a masculinidade viril, dificultando o reconhecimento social e jurídico da violência. A “honra masculina” e a “pureza feminina”, historicamente associadas à moralidade e à hierarquia de gênero, funcionam como dispositivos simbólicos que naturalizam o controle do corpo e da conduta das mulheres. Essas representações persistem em diversas esferas, familiar, religiosa, política e midiática, o que evidencia a profundidade e a resiliência do fenômeno.

Além disso, marcadores sociais como raça, classe, orientação sexual e territorialidade intensificam as desigualdades e ampliam o alcance da violência. Mulheres negras, indígenas e periféricas, por exemplo, experimentam formas interseccionais de opressão que combinam sexismo, racismo e exclusão socioeconômica. Tal configuração reforça a necessidade de políticas públicas e pesquisas que considerem a pluralidade das experiências femininas e reconheçam a multiplicidade dos sujeitos afetados. Como observa Kimberlé Crenshaw (1991), a interseccionalidade é uma ferramenta teórica essencial para compreender como os sistemas de dominação se articulam, produzindo efeitos específicos sobre determinados grupos sociais.

Nesse cenário, emergem também disputas ideológicas e epistemológicas em torno das interpretações da violência de gênero. O pensamento da historiadora Ana Campagnolo (2020), representante de uma vertente conservadora, exemplifica a resistência de determinados setores sociais à incorporação das teorias de gênero

como base de análise e de formulação de políticas públicas. Suas declarações sobre papéis sociais e família tradicional refletem uma visão normativa das relações entre homens e mulheres, que se contrapõe às leituras críticas feministas e sociológicas. Embora divergente, tal posicionamento é relevante para compreender o campo de tensões que envolve o debate contemporâneo sobre gênero, uma vez que as disputas simbólicas e políticas em torno do tema revelam a pluralidade de perspectivas e interesses em jogo.

Dessa forma, a inserção de diferentes olhares, críticos e conservadores, permite compreender a violência de gênero como um fenômeno não apenas social, mas também ideológico e discursivo. As divergências interpretativas expressam, em última instância, as contradições de uma sociedade em processo de transformação, na qual coexistem avanços normativos e resistências culturais.

Diante do exposto, o presente trabalho propõe-se a analisar a violência de gênero enquanto fenômeno social, simbólico e ideológico, buscando compreender como distintas correntes de pensamento — das teorias críticas feministas às perspectivas conservadoras — constroem interpretações e respostas diversas para o problema. Tal abordagem visa contribuir para o fortalecimento de uma compreensão mais ampla, ética e situada da violência de gênero, capaz de integrar a complexidade das relações humanas, a diversidade das experiências e os desafios epistemológicos que permeiam o campo contemporâneo da psicologia, das ciências sociais e humanas.

2. JUSTIFICATIVA

A reflexão sobre a violência de gênero emerge da constatação de que os modelos explicativos tradicionais frequentemente não abarcam a complexidade das experiências individuais e coletivas. Apesar dos avanços teóricos, persiste uma lacuna na compreensão do fenômeno quando se tenta reduzi-lo a categorias unívocas ou a esquemas normativos rígidos. A violência, nesse sentido, não se manifesta apenas como ação direta ou agressão física, mas se expressa em dimensões simbólicas, psicológicas e institucionais, operando através de mecanismos sutis de poder que estruturam relações sociais e subjetividades.

É, portanto, necessário adotar uma perspectiva crítica que vá além das dicotomias simplificadoras. Ao analisar a violência de gênero, é essencial reconhecer

a interdependência entre fatores históricos, culturais e institucionais, bem como os impactos sobre a subjetividade dos indivíduos envolvidos. Essa abordagem permite compreender que a violência não é apenas um evento isolado, mas um fenômeno que se reproduz de maneira sistêmica, permeando normas sociais, valores internalizados e práticas cotidianas.

A escolha por este tema também se justifica pelo seu caráter metodológico e epistemológico. Investigar a violência de gênero exige uma postura que combine rigor analítico com sensibilidade às múltiplas dimensões do fenômeno, articulando análises qualitativas de discursos, práticas sociais e experiências subjetivas. Tal perspectiva possibilita captar as contradições e ambiguidades que atravessam a realidade social, oferecendo uma visão mais ampla e situada da opressão, sem reduzir o problema a categorias normativas ou ideológicas.

Além disso, torna-se relevante a consideração de múltiplas intersecções, como classe, raça, sexualidade e territorialidade, que configuram modos diferenciados de vulnerabilidade e exclusão. Ao reconhecer a heterogeneidade das experiências, a análise se distancia de explicações universais e homogêneas, favorecendo uma compreensão mais ética e política do fenômeno.

Por fim, abordar a violência de gênero sob este prisma crítico e interdisciplinar constitui não apenas um exercício teórico, mas também um compromisso epistemológico com a complexidade da realidade social. Trata-se de investir em uma reflexão que não se limite à descrição de padrões, mas que articule interpretação, crítica e proposições fundamentadas, contribuindo para a construção de conhecimentos capazes de iluminar dimensões até então pouco compreendidas da experiência humana.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Diante o exposto, o presente trabalho propõe-se a analisar a violência de gênero contra as mulheres enquanto fenômeno social, simbólico e ideológico.

3.2 Objetivos específicos

Discutir como distintas correntes de pensamento — das teorias críticas feministas às perspectivas conservadoras — constroem interpretações e respostas diversas para o problema.

Compreender a violência de gênero contra as mulheres de forma ampla, ética e capaz de integrar a complexidade das relações humanas, a diversidade das experiências e os desafios epistemológicos que permeiam o campo contemporâneo das ciências sociais e humanas.

Debater como a perspectiva interseccional se consolida como ferramenta teórico-política indispensável para desvelar a complexidade da violência de gênero e orientar estratégias de enfrentamento mais eficazes, inclusivas e transformadoras.

4. PERCURSO METODOLOGICO

A escolha deste tema parte de uma postura ética e de uma consciência crítica frente à realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e pela persistência da violência de gênero como fenômeno estrutural e simbólico. Nesse sentido, autoras como Lia Zanotta Machado apontam que tais violências se articulam a processos históricos e culturais, exigindo uma prática profissional comprometida com a transformação social e a dignidade humana (MACHADO 2014; SAWAIA, 2001; SAFFIOTI, 2001). Portanto, discutir o tema da violência de gênero não é apenas uma escolha acadêmica, mas também um posicionamento ético e político diante da naturalização das opressões.

Assim, este estudo adota a forma de um ensaio teórico-crítico, cujo objetivo central é promover uma leitura interdisciplinar e reflexiva sobre as múltiplas expressões da violência de gênero, considerando suas dimensões sociais, subjetivas e institucionais. Para tanto, a abordagem metodológica é qualitativa e interpretativa, priorizando a análise crítica de produções acadêmicas, documentos e conteúdos midiáticos que expressem as construções sociais em torno do fenômeno. Tal perspectiva, inspirada na tradição ensaística de Montaigne, valoriza o pensamento como processo aberto e reflexivo (BOORSTIN, 1995).

Dessa forma, o percurso metodológico distancia-se de paradigmas positivistas ao reconhecer que fenômenos complexos não podem ser reduzidos a dados empíricos, mas precisam ser compreendidos em suas dimensões simbólicas e

subjetivas. Como defendem Minayo (2006) e González-Rey (2003), a pesquisa qualitativa permite captar sentidos, experiências e significados, articulando indivíduo e sociedade na compreensão da violência.

Além disso, a fundamentação metodológica ancora-se em autoras que evidenciam a importância da análise crítica das estruturas de poder, como Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2001), que interpreta a violência de gênero como mecanismo de manutenção de hierarquias sociais, e Bader Burihan Sawaia (2001), que destaca a articulação entre sofrimento ético-político e desigualdade social. Essas contribuições, por conseguinte, subsidiam uma leitura sensível e comprometida com a transformação da realidade.

Nesse contexto, a pesquisa adota também a perspectiva da interseccionalidade proposta por Kimberlé Crenshaw (1991) compreendendo que gênero, raça, classe e sexualidade interagem na configuração das violências. Tal abordagem amplia o olhar analítico e reconhece a pluralidade de experiências que atravessam o corpo e a subjetividade das mulheres em diferentes contextos sociais.

5. ANÁLISES E DICUSSÕES

Nas pesquisas de Célia Nonata da Silva et al. (2015), a discussão sobre gênero e suas múltiplas dimensões não se restringe apenas à diferenciação entre homens e mulheres. Trata-se, sobretudo, de um conjunto de construções sociais e históricas que definem papéis, comportamentos, valores e hierarquias. Tais construções são moldadas por processos de poder, estruturas culturais e dinâmicas institucionais que, ao longo do tempo, se consolidaram, influenciando profundamente as formas de organização da vida social.

Nesse contexto, outros autores sinalizam que compreender gênero implica reconhecer que a identidade não é uma essência fixa ou natural, mas uma produção histórica e relacional que se transforma de acordo com o contexto social. Dessa forma, essa perspectiva rompe com visões deterministas que atribuem ao sexo biológico o papel exclusivo de definir as posições sociais dos indivíduos. Assim, gênero deve ser entendido como um marco analítico que permite identificar as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, bem como as estratégias de resistência e transformação construídas ao longo do tempo.

Dito isso, os estudos sobre gênero também revelam que as desigualdades entre homens e mulheres estão intimamente ligadas a mecanismos de controle social e simbólico. Ao longo dos séculos, essas desigualdades foram reforçadas por meio de discursos culturais, religiosos, jurídicos e científicos que legitimaram a ideia de inferioridade feminina e naturalizaram a subordinação das mulheres no espaço doméstico e público. Como consequência, muitas experiências femininas foram silenciadas, invisibilizadas ou tratadas como secundárias.

De acordo com análises de autoras feministas contemporâneas, as estruturas de poder operam de forma sutil e persistente, muitas vezes mascaradas sob a aparência de neutralidade ou “ordem natural das coisas”. O patriarcado, nesse sentido, não se apresenta apenas como um regime de dominação explícita, mas como uma rede complexa de práticas e representações que moldam subjetividades, regulam comportamentos e delimitam fronteiras de atuação social. Em consequência disso, esse modelo reforça papéis sociais rígidos, limitando as possibilidades de atuação das mulheres e, simultaneamente, criando zonas de privilégio para os homens.

Entretanto, a compreensão crítica dessas estruturas não se limita à denúncia das desigualdades; ela também visa abrir caminhos para a transformação social. Nesse contexto, os movimentos feministas, em suas diversas ondas e vertentes, desempenharam papel decisivo na desconstrução de narrativas tradicionais e na conquista de novos espaços de participação política, econômica e cultural. A luta pela “igualdade de gênero”, portanto, transcende questões individuais, implicando a reorganização das estruturas sociais, a ampliação de direitos e a construção de relações mais horizontais.

Pesquisas de Cohen (1997) e Young (2002) evidenciam que a violência de gênero e a discriminação não são fenômenos isolados, mas se inserem em um sistema social que legitima práticas de opressão e exclusão. Essa violência se manifesta de múltiplas formas — simbólica, física, psicológica, sexual e institucional — atravessando camadas sociais e geracionais, e interagindo com outras categorias, como classe, raça e orientação sexual. Dessa perspectiva interseccional, torna-se possível compreender a complexidade das relações de poder que estruturam a sociedade.

Além disso, a construção social do gênero influencia diretamente a percepção, o controle e a regulação dos corpos femininos e masculinos. A sociedade estabelece padrões de conduta e beleza que, ao serem naturalizados, orientam práticas cotidianas e moldam identidades e relações. Esses padrões não apenas impõem limites, mas também produzem exclusões, penalizando corpos que se afastam do modelo hegemônico. Assim, as normas de gênero funcionam como dispositivos de poder que sustentam hierarquias e desigualdades estruturais.

Paralelamente, a construção social do gênero afeta diretamente a forma como os corpos femininos e masculinos são percebidos, controlados e regulados. Desse modo, a sociedade cria padrões de conduta e beleza que, ao serem naturalizados, passam a orientar práticas cotidianas, moldando identidades e relações. Tais padrões, contudo, não apenas impõem limites, mas também produzem exclusões, punindo os corpos que não se adequam ao modelo hegemônico. Portanto, as normas de gênero funcionam como dispositivos de poder que sustentam hierarquias e desigualdades estruturais.

5.1 Gênero, poder e desigualdades estruturais: o caso Mariquinhas, entre silenciamentos, violências e omissões institucionais

No calor do verão de 1873, São Luís do Maranhão fervilhava em meio a transformações sociais. Nas ruas de pedra, onde o burburinho se misturava ao calor abafado, duas figuras se destacavam: o influente desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro e a jovem Mariquinhas, cujo nome ecoava pelos cantos da cidade. O episódio trágico que os uniu tornou-se uma metáfora das relações de poder entre homens e mulheres em um contexto de desigualdade social e moral profundamente enraizado.

Pontes Visgueiro, homem de prestígio e autoridade, viu em Mariquinhas não uma parceira, mas uma posse. A diferença de idade, classe e influência social estabeleceu um elo desigual, no qual o poder simbólico e institucional do desembargador anula a autonomia da jovem. Como observa Bourdieu (2001), o poder simbólico naturaliza as hierarquias sociais e legitima a dominação masculina, transformando o controle em dever e a obediência em virtude.

Cansada da obsessão e do controle de Visgueiro, Mariquinhas ousou buscar autonomia, um gesto de resistência raro em uma época que negava à mulher o direito

de escolher. Contudo, essa busca por liberdade foi interpretada como transgressão imperdoável. O crime brutal que se seguiu, em que Visgueiro assassinou e esquartejou a jovem, escancarou o quanto a mulher, especialmente a pobre, estava vulnerável diante de um sistema jurídico, religioso e social que legitimava a autoridade masculina.

Esse caso revela uma contradição histórica ainda presente: as mulheres pobres, periféricas e sem capital cultural sempre foram as mais atingidas pela violência — e, paradoxalmente, as menos defendidas pelos discursos feministas que afirmam representá-las. A trajetória de Mariquinhas mostra que, enquanto o patriarcado impunha o silêncio, o feminismo institucionalizado ainda “não existia” para ouvi-la.

Ao longo do século XX, o avanço dos movimentos feministas trouxe conquistas inegáveis, mas também criou novos abismos. As segundas e terceiras ondas do feminismo, lideradas por intelectuais urbanas e influenciadas por pautas marxistas e existencialistas, priorizaram o discurso da autonomia individual e sexual, mas deixaram em segundo plano as mulheres marginalizadas pela pobreza e pela falta de instrução. Nesse ponto, a crítica de Ana Caroline Campagnolo (2019) encontra ressonância: o feminismo de esquerda, ao adotar um viés ideológico de confronto, substituiu a proteção e a solidariedade por uma narrativa de antagonismo entre os sexos, afastando-se das mulheres reais que vivenciam a desigualdade na prática cotidiana.

Enquanto Margaret Higgins Sanger (1879 –1966) defendia a emancipação econômica e o direito ao controle reprodutivo, suas ideias foram posteriormente apropriadas por vertentes do feminismo que transformaram a autonomia em símbolo de libertinagem ou consumo, diluindo seu propósito original. O feminismo de esquerda, ao longo do tempo, tendeu a se tornar um movimento mais discursivo que transformador, priorizando debates acadêmicos e identitários em detrimento de políticas públicas efetivas que pudessem amparar as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Ana Campagnolo,(2029) ainda que com viés conservador, acerta ao denunciar essa desconexão entre teoria e realidade. Para a mesma, o feminismo contemporâneo, ao se tornar um instrumento de disputa ideológica, afastou-se de seu

compromisso ético com a dignidade e a proteção da mulher. A ênfase excessiva na desconstrução de papéis de gênero e na luta simbólica contra o “patriarcado” fez com que as dimensões práticas, como segurança, maternidade, trabalho e educação — fossem relativizadas ou instrumentalizadas. Em outras palavras, o feminismo de esquerda falhou em compreender que nem todas as mulheres desejam romper com a tradição; muitas apenas desejam ser respeitadas dentro dela.

Nesse sentido, Mariquinhas é o símbolo da mulher esquecida: nem defendida pela moral conservadora, que a silenciou, nem pela militância feminista, que não a enxergou. Sua morte representa o fracasso de ambos os pólos — o patriarcado que oprime e o feminismo ideológico que escolhe suas causas. Ela não foi protegida nem pela Igreja, nem pela Justiça, nem por um movimento que ainda estava por nascer.

A crítica aqui não é à essência do feminismo, mas à sua fragmentação e elitização. O feminismo de esquerda, ao priorizar a disputa conceitual e o discurso ideológico, frequentemente se distancia das mulheres que mais precisam de amparo social. Enquanto isso, discursos como o de Campagnolo, embora limitados por um conservadorismo moral, recuperam a importância da família, da ética e da responsabilidade — valores que, reinterpretados criticamente, poderiam fortalecer políticas de proteção e dignidade.

O caso de Mariquinhas, portanto, não é apenas uma tragédia pessoal: é um fato verídico sobre escolhas subjetivas, a fragilidade das mulheres diante da indiferença das instituições e da seletividade dos movimentos sociais. Ele mostra que a verdadeira emancipação feminina exige equilíbrio, nem o determinismo biológico do conservadorismo, nem o dogmatismo ideológico da esquerda. O caminho está em uma ética do cuidado, da justiça e da inclusão, capaz de proteger mulheres de todas as classes, crenças e contextos.

Em última análise, Mariquinhas simboliza a mulher que o discurso esqueceu — aquela que morre duas vezes: pela violência de um homem enquanto sujeito em sua totalidade, com conduta violenta, e pela omissão da sociedade. Sua história denuncia o fracasso de uma cultura que fala em nome das mulheres, especialmente por meio do discurso sobre liberdade sexual, mas não as protege. Ela nos lembra que a igualdade de gênero não se constrói com slogans ou ideologias, e sim com humanidade, empatia e um compromisso real com a vida.

5.2 A Psicologia de Gênero e a Violência Sistêmica: Narrativas e Subjetividades

Maria não era mais a mesma. Anos de abuso haviam transformado sua alma em um labirinto de sombras. As paredes do seu lar, antes refúgio, agora eram celas de uma prisão invisível. Seu corpo, outrora templo de vida, agora era palco de cicatrizes, testemunhas mudas da violência.

Uma noite, enquanto as lágrimas lavavam seu rosto, Maria percebeu que o silêncio não era mais uma opção. A sinfonia do medo, que antes a paralisava, agora soava desafinada, dissonante. Ela precisava desafinar essa melodia, compor uma nova canção, uma melodia de liberdade.

Com a voz trêmula, mas decidida, Maria pegou o telefone. Não discou para a polícia, não para o abrigo. Ligou para si mesma, para a mulher que havia se perdido em meio à violência. Ela precisava se encontrar, se resgatar, se reescrever.

Maria não denunciou o agressor, denunciou o silêncio. Criou um blog, um diário virtual onde narrava suas experiências, suas dores, suas esperanças. Não para buscar justiça, mas para encontrar a si mesma, para se reconectar com a mulher que havia sido silenciada.

João: O Eco Distorcido do Patriarcado

João não era um monstro, era um eco. Um eco distorcido de um patriarcado arcaico, que ressoava em seus atos, em suas palavras, em sua própria identidade. Cresceu acreditando que o poder era seu direito, a dominação sua virtude.

Ana, sua esposa, era o espelho que refletia sua fragilidade. Cada olhar de desafio, cada palavra de discordância, eram como estilhaços que o feriam, que o lembravam de sua própria impotência.

A violência não era apenas física, era um grito desesperado por controle, por reafirmação de uma masculinidade frágil e distorcida. João não era um agressor, era uma vítima do patriarcado, um prisioneiro de suas próprias crenças.

Em um ato de rebeldia silenciosa, Ana começou a gravar as agressões. Não para denunciá-lo, mas para mostrar a ele o monstro que se escondia em seu interior. As gravações eram um espelho, um convite à reflexão, à transformação.

Ana: A Coreografia da Justiça em um Palco Incompleto

Ana não era apenas uma policial, era uma coreógrafa da justiça em um palco incompleto. Os casos de violência doméstica eram suas coreografias, danças macabras que se repetiam em um ciclo interminável.

As vítimas, bailarinas feridas, buscavam refúgio em seus braços, em sua farda. Os agressores, sombras grotescas, dançavam impunes, sob o olhar complacente da sociedade.

Ana, frustrada com a impunidade, decidiu mudar a coreografia. Criou um grupo de apoio para vítimas, um espaço seguro onde as mulheres podiam compartilhar suas histórias, suas dores, suas esperanças.

Não buscava apenas punir os agressores, buscava transformar a cultura da violência. Acreditava que a justiça não era apenas uma questão de leis, mas de transformação social, de desconstrução de estereótipos, de construção de uma nova coreografia, onde a violência não encontrasse lugar.

A trajetória de Maria ilustra os efeitos psicológicos da violência doméstica sobre a subjetividade feminina. Anos de abuso transformaram seu lar em um espaço de medo e silêncio, impactando sua autoestima e percepção de identidade. O silêncio, inicialmente mecanismo de proteção, reforçou a internalização do trauma, manifestando-se em sintomas como ansiedade e depressão. Ao criar um blog para narrar suas experiências, Maria inicia um processo de ressignificação, reconstruindo sua identidade e recuperando agência sobre sua vida, conforme indicado por estudos sobre psicologia do trauma e processos de ressignificação narrativa (HERMAN, 1992; FONAGY & TARGET, 2003).

João representa a internalização de valores patriarcais e a construção social de uma masculinidade hegemônica marcada por controle e dominação. Sua violência não se explica apenas por características individuais, mas por padrões culturais que associam poder e masculinidade à dominação do outro (CONNELL, 1995; KIMMEL, 2000). A psicologia investiga como a socialização e normas culturais moldam comportamentos, interpretando dificuldades em lidar com frustração, necessidade de controle e agressividade como mecanismos de defesa e expressão de uma masculinidade frágil. A terapia e intervenções psicossociais buscam desconstruir tais

padrões, promovendo empatia, reflexão crítica e relações mais igualitárias (KONNELL, 1995).

Ana, policial e atuante na proteção de vítimas, evidencia os impactos emocionais da violência de gênero sobre profissionais expostos a situações traumáticas. O enfrentamento constante da violência gera desgaste emocional, ansiedade e risco de burnout, sendo essencial o desenvolvimento de estratégias de autocuidado e resiliência (SELVE, 1978; LAZARUS & FOLKMAN, 1984). Ao criar um grupo de apoio para vítimas, Ana busca transformar não apenas a vida das mulheres atendidas, mas também a cultura da violência, demonstrando como ações individuais podem influenciar mudanças sociais significativas (SAFFIOTI, 2015).

A psicologia de gênero permite articular narrativas individuais com padrões socioculturais de dominação, compreendendo a violência como fenômeno sistêmico. Estudos em psicologia social evidenciam que a violência de gênero está enraizada em desigualdades estruturais, reforçadas por normas culturais que perpetuam a dominação masculina (SAFFIOTI, 2015). A internalização de ideologias patriarcais influencia crenças, atitudes e comportamentos, tornando-se fundamental para a compreensão das manifestações de violência e seus impactos na vida dos indivíduos (SAFFIOTI, 2015; CONNELL 1995).

No caso de Maria, os traumas vivenciados se refletem em alterações emocionais e psicológicas profundas, demandando intervenções terapêuticas que permitam ressignificação e fortalecimento da resiliência (HERMAN, 1992; FONAGY TARGET, 2003). João exemplifica a forma como normas culturais podem estruturar comportamentos agressivos, sendo necessária a desconstrução de padrões internalizados de masculinidade para a promoção de relações mais igualitárias (KIMMEL, 2000; CONNELL 1995). Ana evidencia a necessidade de estratégias de enfrentamento emocional e suporte psicológico, não apenas para preservação de sua saúde mental, mas para a efetividade de sua atuação profissional (SELVE, 1978; LAZARUS; FOLKMAN, 1984).

A análise sistêmica evidencia que a violência de gênero não pode ser compreendida isoladamente, sendo necessário integrar perspectivas psicológicas, sociais e culturais. A psicologia de gênero, ao investigar as interações entre trauma, socialização e normas culturais, oferece ferramentas para ressignificar experiências,

desconstruir padrões de dominação e promover transformação social. Assim, a integração entre narrativas individuais e análise científica proporciona não apenas compreensão, mas também caminhos para a construção de uma sociedade mais justa, na qual o silêncio seja substituído pela voz e o medo, pela autonomia (SAFFIOTI,2015).

5.3. Abordagem Interseccional

A violência de gênero, entendida como um fenômeno estrutural e histórico, manifesta-se de forma múltipla e interconectada, exigindo um olhar que considere simultaneamente diferentes eixos de opressão. Diversas autoras ressaltam que essa complexidade só pode ser devidamente compreendida a partir de uma perspectiva interseccional, capaz de articular gênero, raça, classe, sexualidade e território em um mesmo campo analítico. Essa abordagem permite evidenciar que as formas de opressão não ocorrem isoladamente, mas se sobrepõem e interagem entre si, produzindo experiências diversas entre as mulheres (GONZALES,1988; CARNEIRO,2003).

No contexto brasileiro, essas violências adquirem contornos singulares, atravessados por uma herança colonial e escravocrata que estrutura desigualdades persistentes. Intelectuais negras destacam que mulheres negras, indígenas e quilombolas enfrentam múltiplas camadas de discriminação, resultando em maior vulnerabilidade e invisibilidade social. A violência policial, obstétrica e o feminicídio, quando articulados ao racismo estrutural, tornam-se exemplos claros de como patriarcado e racismo operam conjuntamente (GONZALES,1988; CARNEIRO,2003).

Ao analisar essas dinâmicas, a perspectiva interseccional permite compreender que as opressões se reforçam mutuamente e se manifestam em diferentes espaços sociais. A violência doméstica direcionada a mulheres negras, por exemplo, é potencializada pelo racismo institucional que as desumaniza, dificultando o acesso a serviços de justiça e proteção. Essa leitura crítica explicita que as desigualdades de gênero não podem ser separadas das desigualdades raciais e de classe (RATTS,2008).

Além disso, a interseccionalidade evidencia como contextos socioeconômicos distintos produzem formas específicas de violência. Nas periferias urbanas, a ausência de políticas públicas adequadas e a precariedade de serviços de saúde,

segurança e educação ampliam a exposição das mulheres a situações de violência. Já em áreas rurais, fatores como isolamento geográfico e escassez de informação agravam a vulnerabilidade e limitam as possibilidades de denúncia e proteção (BAIRROS, 1995).

A população LGBTQIA+ feminina também vivencia violências que articulam discriminações de gênero e sexualidade. Essas violências se manifestam tanto no âmbito familiar quanto nos espaços públicos, sendo agravadas pela invisibilidade institucional e pelas barreiras no acesso a direitos básicos e serviços de proteção. Nesse sentido, autoras feministas enfatizam que políticas públicas efetivas devem considerar a multiplicidade dessas experiências para alcançar grupos historicamente marginalizados (CARNEIRO, 2003; RATTS, 2008).

O enfrentamento eficaz da violência de gênero requer, assim, uma abordagem interseccional comprometida com a superação de múltiplas opressões. Isso implica ampliar o acesso à justiça, combater o racismo e a LGBTfobia, e garantir a implementação de políticas públicas que contemplem a diversidade das experiências femininas no país (GONZALES, 1988; CARNEIRO, 2003).

A educação, nesse contexto, constitui uma ferramenta estratégica de transformação social. Práticas pedagógicas voltadas para a igualdade de gênero e para a valorização da diversidade cultural desde a infância favorecem a construção de sujeitos mais críticos e conscientes. Essa dimensão educativa, além de prevenir violências, contribui para a desconstrução da cultura patriarcal e racista que sustenta desigualdades (BAIRROS, 1995).

A mídia também exerce um papel central na construção de narrativas sociais sobre violência e gênero. Uma atuação responsável e ética pode contribuir para romper estigmas, dar visibilidade a vozes silenciadas e fortalecer representações mais plurais e inclusivas de mulheres em situação de violência (RATTS, 2008).

A sociedade civil organizada, por sua vez, tem papel essencial na denúncia, acolhimento e mobilização por políticas públicas transformadoras. A construção de redes coletivas de enfrentamento amplia a visibilidade das demandas e fortalece a capacidade de reivindicação das mulheres em situação de vulnerabilidade (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2003).

A contribuição de Lélia Gonzalez é central para compreender essas dinâmicas no Brasil. Em suas análises desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1980, Gonzalez problematiza a dupla opressão — racismo e sexismo, que recai sobre a mulher negra. Ao cunhar o conceito de “pretuguês”, ela demonstra como a cultura afro-brasileira constitui um espaço de resistência frente à dominação, revelando as estratégias de sobrevivência e afirmação identitária das mulheres negras (Gonzalez, 1988).

A leitura de Gonzalez dialoga com análises internacionais como as de Ângela Davis (2016), que discute a exploração racial e de gênero como pilar do sistema escravista, e de Patricia Hill Collins (1990), que desenvolve a noção de “matriz de dominação”, articulando racismo, sexismo e classismo. Essas perspectivas complementam a contribuição brasileira ao evidenciar que experiências de mulheres negras não podem ser reduzidas a uma única dimensão analítica.

Assim, a perspectiva interseccional se consolida como ferramenta teórico-política indispensável para desvelar a complexidade da violência de gênero e orientar estratégias de enfrentamento mais eficazes, inclusivas e transformadoras.

5.4 As Especificidades da Violência de Gênero em Mulheres Negras e Indígenas

Para compreender a diversidade das mulheres, é fundamental analisar os elementos históricos que moldaram os movimentos feministas no Brasil. É necessário reconhecer como sujeitos de direitos constitucionais, considerando as disparidades entre aquelas que foram historicamente reconhecidas e aquelas que permanecem marginalizadas. Nesse contexto, é crucial traçar um paralelo da luta histórica dos movimentos de mulheres por dignidade em relação a seus corpos, subjetividades e culturas, indo além do feminismo de origem europeia, o qual frequentemente negligencia os corpos e vozes das populações tradicionais e urbanas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022).

Apesar do discurso da Psicologia enfatizar o respeito à subjetividade, contudo, as particularidades coletivas frequentemente são negligenciadas. Isso ocorre porque essa lacuna decorre da superficialidade na formação acadêmica, da escassez de literatura especializada, da falta de interesse coletivo e político, e da ausência de uma perspectiva multidisciplinar. Tais fatores distanciam os profissionais da Psicologia da

complexa realidade enfrentada pelas mulheres em sua diversidade e de seus respectivos movimentos sociais (CFP, 2022). Um exemplo notável são os Movimentos de Mulheres Negras e Indígenas, que priorizam a luta pelo direito ao território, pela defesa da mãe-terra e pelo bem-viver.

Dessa forma, torna-se crucial compreender o conceito de corpo-território como ferramenta política, conforme proposto por Gago (2020), que revela a intrínseca relação entre a violência contra os corpos dessas mulheres e a exploração de seus territórios. Sob essa perspectiva, Santos, Oliveira e Dantas (2023) argumentam que o corpo é concebido como um território de luta, produção de resistências e afirmação de identidades, impossibilitando dissociá-lo de seu território e da vida cotidiana.

O conceito de corpo-território, de acordo com Tuxá (2022), é fundamental para as mulheres indígenas, pois transcende as dimensões políticas e sociais, configurando-se como uma categoria analítica para a compreensão da formação das subjetividades e intersubjetividades. Ao reconhecermos o território como um elemento que agencia as experiências subjetivas dessas mulheres, podemos dimensionar sua relevância e significado, bem como suas produções de sofrimento/adoecimento e saúde/cuidado.

Segundo Tuxá (2022), o conceito de corpo-território está intrinsecamente ligado a uma história, memória coletiva e território ancestral, moldando a subjetividade, a consciência coletiva e a identidade social. Além disso, a autora enfatiza que a dor vivenciada nesse contexto não deve ser reduzida a demandas individuais, pois essa abordagem obscurece as complexidades territoriais e dificulta a busca por soluções. Assim, a mesma ressalta a natureza política, histórica e social do sofrimento.

Dessa maneira, o conceito de corpo-território, especialmente relevante para as mulheres indígenas, vai além das tradicionais dimensões políticas e sociais, estabelecendo-se como uma categoria de análise que permite compreender como as experiências individuais e coletivas são moldadas e como as pessoas se relacionam entre si (TUXÁ, 2022).

Ao adentrarmos na complexa temática da violência de gênero que aflige as mulheres indígenas, torna-se imperativo adotar uma perspectiva que transcenda as abordagens tradicionais e se aprofunde na compreensão do corpo indígena em sua

singularidade e em sua relação intrínseca com o coletivo (GAGO, 2020). Desse modo, a violência manifesta-se como um instrumento de poder e dominação, infligindo danos que reverberam tanto no âmbito individual quanto no social.

Consequentemente, o corpo indígena assume um papel central, configurando-se como território de resistência e luta contra as múltiplas formas de violência que o assolam (SANTOS et al., 2023). As mulheres indígenas enfrentam uma realidade marcada pela interseccionalidade de opressões, que se manifestam na sobreposição de gênero, raça e etnia. Essa tríade as coloca em posição de vulnerabilidade, exigindo uma análise que reconheça as especificidades de suas experiências.

A violência contra as mulheres indígenas assume diversas formas — física, sexual, psicológica, simbólica e institucional (CFP, 2022). A violência física, muitas vezes perpetrada por parceiros íntimos ou membros da comunidade, deixa marcas profundas. A sexual, por sua vez, representa uma forma de violação da autonomia e da dignidade, perpetuando ciclos de submissão e dominação.

De maneira semelhante, a violência psicológica, embora invisível, inflige danos devastadores: o controle, a manipulação e a humilhação minam a autoestima e aprisionam as vítimas em ciclos de medo e silêncio (CFP, 2022). Por sua vez, a violência simbólica se expressa na desvalorização da cultura e dos saberes indígenas, reforçando estereótipos e exclusões no espaço público.

A violência institucional, por fim, se manifesta na negação de direitos e na limitação de acesso à saúde, educação e justiça (CFP, 2022). A ausência de políticas públicas específicas reforça a invisibilidade das demandas dessas mulheres e perpetua as desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível uma abordagem que reconheça a centralidade do corpo indígena e suas dores históricas. A violência deve ser compreendida como imposição de poder, exigindo uma leitura que considere a dimensão coletiva da dor e da resistência (TUXÁ, 2022). As mulheres indígenas, em sua luta por justiça e igualdade, reivindicam o direito de viver em seus territórios, de exercer sua cultura e de ter seus corpos respeitados.

A superação da violência contra as mulheres indígenas exige um esforço conjunto entre sociedade, Estado e comunidades. Portanto, é necessário investir em

políticas públicas que promovam igualdade de gênero e garantam acesso aos direitos fundamentais, fortalecendo redes de apoio às vítimas (SANTOS et al., 2023). Além disso, é preciso desconstruir estereótipos e preconceitos que inferiorizam as mulheres indígenas e perpetuam a violência, reconhecendo sua sabedoria e força na luta por um futuro livre de opressão.

Ao abordar os corpos-territórios indígenas, é portanto, fundamental reconhecer a conexão entre corporeidade e territorialidade, legitimando suas lutas, histórias e saberes (TUXÁ, 2022). Ademais, o corpo indígena, como corpo político e missionário, impulsiona ações nas aldeias e em espaços urbanos, universidades, conselhos, cargos políticos e áreas da saúde e educação.

Consequentemente, essa presença representa resistência e transformação, reivindicando reconhecimento e autodeterminação. A luta pela demarcação de terras, saúde, educação e contra o racismo compõe o movimento de resistência dos corpos-territórios (GAGO, 2020). Desse modo, a superação do racismo e da discriminação demanda investimento em políticas públicas e desconstrução dos estigmas históricos.

De maneira semelhante, ao abordar os corpos-territórios das mulheres negras, é essencial reconhecer a conexão entre corporeidade e territorialidade, legitimando suas histórias, vidas e saberes (SANTOS et al., 2023). Nesse sentido, o corpo da mulher negra é um agente potencializador, expressando beleza, amor e resistência como estratégias de sobrevivência diante dos processos de adoecimento e morte.

O corpo da mulher negra transcende a dimensão individual, assumindo caráter político e missionário, impulsionando ações comunitárias, acadêmicas e profissionais (CFP, 2022). A presença e atuação das mulheres negras em espaços diversos configuram formas de luta por direitos, desafiando estruturas de poder e reivindicando o reconhecimento de suas vozes e saberes.

A autonomia e a autodeterminação das mulheres negras, expressas na defesa de seus territórios e culturas, são pilares para um futuro onde seus corpos-territórios sejam respeitados (GAGO, 2020). A luta pela demarcação de territórios quilombolas, pela igualdade racial, pela educação e pela saúde são frentes em que se materializa a resistência e a potência desses corpos.

A superação do racismo e da discriminação exige um esforço conjunto da sociedade e do Estado, com políticas públicas que promovam igualdade e fortaleçam redes de apoio às mulheres negras (SANTOS et al., 2023). É necessário desconstruir estereótipos e reconhecer a força dessas mulheres na luta por um futuro livre de opressão.

Somente ao dar voz às mulheres negras e indígenas, reconhecendo seus corpos-territórios como espaços de resistência, será possível avançar na erradicação da violência de gênero. Ambas enfrentam formas de opressão que se entrelaçam — racismo, sexismo, colonialismo, e sua luta revela que a emancipação feminina passa, necessariamente, pela valorização da diversidade cultural e pela justiça social (CFP, 2022; TUXÁ, 2022; SANTOS et al., 2023; GAGO, 2020).

5.5 Posicionamento Crítico e Epistemológico

A escolha por investigar a violência de gênero a partir de uma abordagem interseccional e crítica decorreu não apenas de um interesse teórico, mas também de um compromisso ético e político com a realidade social. O posicionamento diante dessa temática emerge de uma inquietação com os limites das leituras tradicionais marxistas e com a tendência da academia de reproduzir epistemologias hegemônicas que silenciam as vozes subalternizadas. Entende-se que, pensar a violência de gênero contra as mulheres implica revisitar as condições históricas de produção do conhecimento e questionar quem tem legitimidade para narrar, interpretar e teorizar sobre as experiências humanas. Nesse sentido, este estudo partiu da convicção de que o espaço acadêmico precisa se reconfigurar como um território de escuta, de diálogo e de reconhecimento da diversidade epistêmica e cultural.

Ainda que as universidades brasileiras tenham ampliado seus debates sobre gênero, raça e interseccionalidade, observa-se que a lógica epistêmica dominante continua fortemente ancorada em referenciais eurocêtricos e masculinos. Essa herança, apontada por Boaventura de Sousa Santos (2010) como parte da “sociologia das ausências”, sustenta uma epistemologia monocultural que marginaliza formas de saber produzidas fora dos centros tradicionais de poder. Tal constatação impõe à pesquisadora e ao pesquisador a necessidade de exercer uma postura epistemológica insurgente, capaz de reconhecer que todo conhecimento é situado e atravessado por relações de poder. Assim, mais do que produzir um discurso sobre

as vítimas de violência, trata-se de dialogar com as experiências concretas e plurais das mulheres que resistem a essas violências, transformando suas dores em linguagem, memória, luta e até morte.

Concorda-se com Lélia Gonzalez (1988) ao afirmar que a invisibilização das mulheres negras e indígenas nas análises acadêmicas reflete o funcionamento de uma epistemologia racista que opera por meio do apagamento. As vozes dessas mulheres, ao serem sistematicamente silenciadas, deixam de participar da construção coletiva do saber e, conseqüentemente, da formulação de políticas públicas sensíveis às suas realidades. Esse apagamento não é apenas simbólico, mas material: traduz-se na ausência de representatividade nos espaços decisórios e na desvalorização de saberes ancestrais e comunitários. Ao não reconhecer essas epistemologias, a academia perde sua potência crítica e seu compromisso com a pluralidade humana.

Ainda, inspirando em bell hooks (1994), compreende-se o ato de pensar criticamente como uma prática de liberdade. A pesquisa, nesse sentido, deve ser um espaço de resistência intelectual e afetiva, que recusa tanto a neutralidade ilusória quanto o dogmatismo ideológico. Trata-se de produzir um conhecimento que una rigor e sensibilidade, razão e experiência, teoria e corpo, um saber comprometido com a dignidade e com a vida.

O afastamento entre a academia e as narrativas sociais reflete, em grande medida, uma crise de escuta e de empatia. A universidade, ao se fechar em si mesma, corre o risco de tornar-se autorreferencial, reproduzindo o que Bourdieu (1983) denomina “violência simbólica”: a imposição de uma cultura dominante sob a aparência de neutralidade científica. Tal processo naturaliza desigualdades e transforma a ciência em um instrumento de legitimação, não de emancipação. Portanto, meu posicionamento teórico busca enfrentar essa tensão ao defender uma epistemologia dialógica, na qual o conhecimento é concebido como prática relacional e ética.

Nessa perspectiva, é preciso reconhecer o valor dos movimentos sociais como espaços de produção de saber e de transformação política. Entretanto, também é necessário exercer uma leitura crítica sobre seus rumos contemporâneos. O avanço da institucionalização de certos movimentos — especialmente o feminista e o

antirracista —, embora tenha garantido conquistas inegáveis, gerou, por vezes, distanciamento entre a militância e as bases sociais que originalmente a impulsionaram. Heleieth Saffioti (2004) já advertia que a luta pela emancipação das mulheres não poderia se restringir ao campo simbólico ou discursivo, pois as estruturas que sustentam a violência são materiais, econômicas e históricas. Quando os movimentos se tornam excessivamente concentrados em disputas conceituais ou performativas, correm o risco de perder sua potência transformadora.

Essa crítica, longe de deslegitimar a importância da militância, visa restituir-lhe profundidade política. Nancy Fraser (2013) argumenta que a luta por reconhecimento deve caminhar lado a lado com a luta por redistribuição, sob pena de se tornar um “feminismo de mercado”, adaptado às lógicas neoliberais que fragmentam a solidariedade coletiva. Da mesma forma, Djamila Ribeiro (2017) enfatiza que a representatividade sem estrutura é insuficiente: é preciso transformar não apenas os discursos, mas também as condições concretas de vida das pessoas. Assim, reconheço que a militância, para permanecer ética e efetiva, precisa se reinventar constantemente, articulando crítica e ação, identidade e universalidade, emoção e estratégia.

Do ponto de vista epistemológico, defendo que tanto a academia quanto os movimentos sociais devem se pautar por uma ética do cuidado e da alteridade. Foucault (1984) descreve o cuidado de si como uma prática de liberdade que antecede a transformação do outro. Da mesma forma, penso que o cuidado deve atravessar as práticas de pesquisa e militância: cuidar do outro implica reconhecer sua complexidade, sua história e sua voz. Uma pesquisa que fala sobre as mulheres, mas não com as mulheres, repete o mesmo gesto de exclusão que pretende combater. Por isso, minha postura diante da temática é de implicação e diálogo — não se trata de observar de fora, mas de construir o conhecimento junto, em uma perspectiva horizontal e reflexiva.

Acredito que a transformação epistemológica depende da superação do dualismo entre teoria e prática. A violência de gênero, enquanto fenômeno simbólico e estrutural, não pode ser compreendida apenas a partir de abstrações conceituais. Ela se manifesta nos corpos, nas instituições, nas políticas e nas narrativas cotidianas. Assim, o conhecimento sobre o tema deve integrar a dimensão vivida e a

dimensão reflexiva, articulando o saber acadêmico às práticas de resistência. Ao propor essa articulação, inspiro-me em Paulo Freire (1996), para quem o ato de conhecer é sempre um ato político e coletivo. Produzir conhecimento, portanto, é um exercício de corresponsabilidade social.

Compreende-se, ainda, que o lugar da pesquisadora não é o de quem possui a verdade, mas o de quem busca construí-la de forma compartilhada. A pesquisa crítica exige vulnerabilidade e escuta. É necessário reconhecer as próprias limitações e os condicionamentos históricos que moldam nossa percepção. Essa autocrítica é o que permite evitar o dogmatismo e promover uma prática científica mais ética e emancipatória. Como lembra Sawaia (2001), a dimensão ético-política do sofrimento humano revela as fronteiras entre o pessoal e o estrutural, convidando-nos a compreender o social não apenas como campo de análise, mas como campo de compromisso.

Em síntese, tal posição diante da temática parte da defesa de uma epistemologia comprometida com a vida, com o diálogo e com a justiça social. Reafirma-se a necessidade de uma academia capaz de reconhecer seus próprios limites e de uma militância que se mantenha fiel à complexidade da realidade. É preciso devolver à ciência e à política o sentido de humanidade que as constitui. O conhecimento que é proposto é aquele que se compromete com o plural, que entende o corpo e a palavra como territórios de resistência, e que se orienta por uma ética da escuta, da empatia e da transformação. Somente assim, entre o rigor da análise e a sensibilidade da experiência, será possível construir pontes entre o saber e o viver; e, quem sabe, inaugurar novas formas de compreender e enfrentar a violência de gênero contra as mulheres em sua totalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como desfecho desta escrita, evidencia-se que a compreensão da violência de gênero exige uma abordagem que articule as dimensões individual, coletiva e estrutural, reconhecendo a interdependência entre subjetividade, cultura e instituições sociais. A integração das perspectivas psicológica, sociológica e histórica permite não apenas mapear os efeitos do poder simbólico e das normas dos resquícios patriarcais sobre os corpos e identidades femininas, mas também compreender as estratégias de resistência construídas ao longo do tempo.

Essa lacuna epistemológica se torna particularmente preocupante no contexto acadêmico e nos debates sociais, pela qual teorias consolidadas muitas vezes falham em capturar a realidade concreta da vida das mulheres. Por vezes, correntes teóricas separam o social do subjetivo ou o individual do estrutural, criando interpretações fragmentadas que invisibilizam o sofrimento e a exposição cotidiana das mulheres à violência. Tais limitações não são apenas conceituais: elas influenciam políticas públicas, práticas institucionais e estratégias de proteção, deixando mulheres em situações de vulnerabilidade sem respostas adequadas.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais, embora essenciais para visibilizar e combater a violência de gênero, enfrentam tensões internas e externas decorrentes de divergências epistemológicas e ideológicas. Disputas entre abordagens críticas feministas, vertentes conservadoras e interpretações acadêmicas hegemônicas revelam um campo de debate intenso, no qual a compreensão do problema e a proposição de soluções muitas vezes se veem comprometidas por conflitos de perspectiva. Reconhecer essas tensões é fundamental para desenvolver análises mais responsáveis e intervenções mais eficazes.

Diante disso, torna-se imperativo adotar uma perspectiva que articule crítica, interdisciplinaridade e atenção às experiências concretas das mulheres. O objetivo não é apenas produzir conhecimento, mas também evidenciar o impacto real de epistemologias incompletas ou fragmentadas sobre a vida e a segurança feminina, promovendo reflexões que possam contribuir para práticas acadêmicas, sociais e políticas mais efetivas e humanizadas.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. ***Violência nas escolas***. Brasília: UNESCO, 2015.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. ***Dossiê Femicídio***. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/11/RT_Mulheres_web.pdf.

Acesso em: fev. 2025.

AKOTIRENE, Carla. ***Interseccionalidade***. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ARENDT, Hannah. ***Sobre a violência***. Tradução de André Duarte. São Paulo: Ática, 1994.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 383–386, 1995.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449–469, maio/ago. 2025.

BELLO-URREGO, Julio César; MESA RESTREPO, Laura Cristina; CASTAÑO MEJÍA, Paula Andrea. **Violencia de género: una mirada desde el contexto latinoamericano**. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, Medellín, v. 10, n. 1, p. 38–57, 2018.

BELLO-URREGO, L. F. et al. **Violência de gênero na América Latina: desafios para a atenção integral à saúde**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 11, 2018.

BEM, S. L. **Gender schema theory**: A cognitive account of sex typing. *Psychological Review*, v. 88, n. 4, p. 354–364, 1981.

BOORSTIN, D. J. **Os criadores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL ESCOLA. **Feminicídio**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso : jan/ 2025

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

CAMPAGNOLO, A. C. **Feminismo: perversão e subversão**. Santa Catarina: Editora Interdisciplinar, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, R.; Riquer, F. ***La investigación sobre violencia contra las mujeres en América Latina: entre el empirismo ciego y la teoría sin datos.*** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 1, p. 135-146, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. ***Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.*** Nova York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Nova York: Routledge, 1990.

CONNELL, R. W. ***Masculinities.*** Berkeley: University of California Press, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. ***Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.*** *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). ***Pensamento feminista: conceitos fundamentais.*** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271–302.

DAVIS, Angela. ***Mulheres, raça e classe.*** São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Laís Helena et al. **Violência de gênero em estudos qualitativos: uma revisão narrativa.** *Psicologia Política*, v. 20, n. 49, p. 597-610, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ***Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.*** São Paulo: FBSP, 2022.

FONAGY, P.; TARGET, M. ***Attachment and Reflective Functioning.*** London: Routledge, 2003.

GAGO, Verónica. ***A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.*** São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. ***Festas populares do Brasil.*** Rio de Janeiro: Index, 1987.

GONZALEZ, Lélia. ***Lugar de negro.*** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Org. Flávia Rios e Marcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, n. 60, p. 69-82, 1980.

GONZÁLEZ-REY, F. G. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Vozes, 2003.

HERMAN, J. L. **Trauma and Recovery**. New York: Basic Books, 1992.

KIMMEL, M. S. **Manhood in America: A Cultural History**. New York: Free Press, 2000.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, Appraisal, and Coping**. New York: Springer, 1984.

MESA RESTREPO, Laura Cristina; CASTAÑO MEJÍA, Paula Andrea. **Violencia de género en América Latina: una lectura desde la colonialidad y las desigualdades estructurales**. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, v. 10, n. 1, p. 73–92, 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2008.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115–136, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Acesso: janeiro 2025

SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* **Epistemologias do Sul e políticas públicas de igualdade racial e de gênero no Brasil**. Brasília: CLACSO; Universidade de Coimbra, 2023.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Célia Nonata da; LUCENA, Eduardo Apolo Duarte; SANTOS, Denisson da Silva. **Entre Lobos: Femicídio e violência de gênero em Alagoas**. Revista Edefal, 2015.

ZANELLO, Valeska Tavares. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Petrópolis: Vozes, 2020.